

ARMANDO MONTEIRO NETO

Os presidenciáveis e a agenda do bom senso

Nas últimas duas décadas, a economia brasileira cresceu de forma errática e oscilante, alternando ciclos de expansão, estagnação e até mesmo contração. Entre 1981 e 2001, o Brasil cresceu a uma

taxa média de apenas 2%. Mesmo com o declínio da taxa de crescimento demográfico no período, o crescimento do produto interno bruto (PIB) per capita foi modesto, algo como 0,4%.

A taxa média de expansão do PIB entre 1994 e 2001 foi inferior a 3% ao ano, reconhecidamente insuficiente para dar conta dos enormes e graves desafios do País no campo social. É fato que o crescimento econômico, sozinho, não resolve os desequilíbrios de nossa sociedade, mas sem ele o Brasil vê diminuídas as chances de equacionar seus problemas estruturais. É preciso, portanto, que tenhamos a percepção de que o Brasil precisa dar prioridade à idéia do crescimento.

Implementar uma agenda que privilegie o crescimento exige visão estratégica, determinação política, mobilização de instrumentos, e não apenas voluntarismo. Recuperar o crescimento sustentado em bases mais expressivas é a questão central dentro de um projeto de desenvolvimento pensado para o Brasil, e a indústria deve ter papel estratégico nesse processo.

Essas são questões centrais na *Agenda da Indústria*, documento preparado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e apresentado aos pré-candidatos à Presidência da República no dia 9 de maio, em Brasília. Foi o começo

de um processo de debate sobre os rumos do País, neste ano eleitoral, que deve incluir todos os segmentos da sociedade. Repensar as bases do desenvolvimento do Brasil é hoje eixo de uma

pauta de discussão que podemos chamar de *agenda do bom senso*, cujo pilar é a racionalidade.

O País precisa crescer, mas dentro de premissas que não abandonem conquistas que são, hoje, valores so-

ciais, como a estabilidade. É preocupante quando, no debate, surge a idéia de que é possível fazer concessões à inflação para favorecer o crescimento. Se relaxarmos nesse combate, poderemos retomar um processo inflacionário incontrolável, como já vimos ocorrer em nossa história recente. Preocupamos também a crença de que responsabilidade fiscal pode representar uma antinomia ou uma contradição em relação ao conceito de sensibilidade social. Diria que não é possível fazer polí-

ticas sociais sustentáveis sem que se tenha um compromisso com regimes fiscais responsáveis.

Sabemos, por outro lado, ser infundada a percepção de que basta criar um ambiente de estabilidade macroeconômica para que a economia ande e que o Estado deve ter funções reduzidas, como se tudo tivesse de ficar à mercê dos agentes econômicos. Foi essa a idéia – a meu ver, equivocada – que terminou por desprestigiar, nos últimos anos, a idéia de que o País precisa ter política industrial. Por isso, a *Agenda da Indústria* tem a preocupação de reconceituar o foco da política industrial.

O cerne dessa política é a visão de que o Estado precisa promover a competitividade e deve ser capaz de remover os entraves que dificultam e embaraçam o desempenho da economia brasileira. São três os eixos centrais da nova política industrial, sintonizada com as atuais exigências: o viés exportador, a compreensão de que a indústria desempenha um papel estratégico na produção da inovação tecnoló-

gica e na sua difusão e a conformação do desenvolvimento regional.

A preocupação com a geração de excedentes é decorrente da necessidade de reduzir a vulnerabilidade externa do País. A indústria brasileira pode e deve ser convocada a exercer esse papel estratégico de garantir o dinamismo das exportações nos próximos anos. Esse é o nosso desafio e uma oportunidade ímpar para provarmos nossa eficiência. Sabemos também que os ganhos de produtividade, nos próximos anos, dependerão fundamentalmente da capacidade de a indústria brasileira inovar processos, inovar produtos e de estar articulada com o que chamamos de economia do conhecimento.

A valorização do desenvolvimento regional é fundamental na agenda da política industrial. Uma política voltada para essa questão parte da compreensão de que é preciso distribuir, em termos espaciais, de forma mais equilibrada, o nosso desenvolvimento. É fundamental investir na infra-estrutura de regiões que ainda acumulam um certo atraso relativo e remover entraves que são claramente identificados na área tributária, e que desfavorecem as relações econômicas inter-regionais, prejudicando os Estados consumidores.

Em suma, é preciso levar em conta que o nosso projeto de Nação exige um desenvolvimento espacialmente mais equilibrado. Esse é um debate que não está circunscrito apenas aos pré-candidatos à Presidência da República, mas deve ser pautado pela sociedade brasileira. É ela que deve tutelar os governos e indicar os caminhos.

■ Armando Monteiro Neto, empresário, é vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

